

ARTIGOS E PARECERES

912 TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Carolina Lima Gonçalves

931 A INVERSÃO DE FASES E O SEU IMPACTO NO PROCESSO LICITATÓRIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Thiago Ferreira Almeida, Danuza Aparecida de Paiva

TRIBUNAIS DE CONTAS

948 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Constitui falta grave suprimir o prazo para recorrer antes da homologação e da adjudicação

960 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No SRP do RDC, o beneficiário da ata é obrigado fornecer a "aderentes" se o objeto não aproveita ao órgão gerenciador

967 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

A exigência de produtos nacionais restringe a competitividade do certame

JURISPRUDÊNCIA

974 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

A irregularidade fiscal do contratado não autoriza a retenção de pagamentos

977 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A comprovação da qualificação técnico-profissional não supre a comprovação de experiência da pessoa jurídica

EMENTÁRIO

980 Exigência de certificado de boas práticas – Documento estrangeiro – Prazo exíguo para a apresentação

981 Declaração de inidoneidade – Efeitos *ex nunc* – Vedação a termos aditivos

981 Serviço contínuo – Prorrogação e repactuação – Recusa posterior – Descabimento

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

984 CONTRATO – DESISTÊNCIA – RESCISÃO – PENALIDADES

986 RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO – SERVIDORES